

Da Monarquia à República

Nesta aula

Os anos finais do Império não foram marcados apenas pelas discussões abolicionistas ou pelas constantes rebeliões de escravos. Outros movimentos questionavam a ordem monárquica e propunham outras formas de governo.

O Império era escravista e tinha uma sociedade rigidamente hierarquizada, na qual a maioria da população era excluída das decisões políticas. Teria a República ampliado a participação política?

Nesta aula vamos procurar compreender quais os projetos políticos que se apresentaram a partir do final do Império e durante o período inicial da República; quais os conflitos que se estabeleceram entre eles; e qual foi o projeto vencedor.

O Manifesto Republicano

Corria o ano de 1870 quando os republicanos publicaram o seu Manifesto, que reuniu intelectuais e políticos de diversas províncias e fez surgir inúmeros partidos republicanos – os PRs – organizados por província. Apesar das várias tendências presentes no movimento republicano, dois elementos unificavam as posturas que se juntaram no Manifesto de 1870: a **idéia de federação** e a **idéia de progresso**.

O princípio da **federação** estabelecia que cada província deveria escolher seu próprio governo e decidir sobre ele. Uma das críticas do Manifesto à monarquia era justamente a excessiva centralização política do Império, especialmente a partir de 1840.

E essa excessiva centralização não conseguira resolver os constantes problemas regionais, que apareciam sob forma de motins ou rebeliões.

O federalismo era colocado como um princípio natural, já que *“a topografia do nosso território, as zonas diversas em que ela se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local, acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território”* (Manifesto Republicano).

Ao mesmo tempo, os republicanos identificavam a Monarquia com o atraso econômico do país e defendiam a República como o regime do **progresso**.

O Manifesto ganhou muitos adeptos: a imprensa, os clubes e os partidos republicanos (que se multiplicaram). Além dos estudantes e profissionais liberais, os grandes proprietários paulistas ligados ao café também apoiavam o movimento, sendo a base do Partido Republicano Paulista (PRP) uma das mais atuantes.



Deodoro da Fonseca é homenageado pela população do Rio de Janeiro, após a proclamação da república.

São Paulo tornara-se a mais próspera região cafeeira do Império, mas a rigidez e a centralização da Monarquia impediam que seus interesses predominassem politicamente.

Também os militares engrossavam a fila dos republicanos, especialmente os oficiais do Exército, que consideravam sua corporação desprestigiada pela Monarquia.

A partir do Manifesto, o movimento republicano pode ser dividido basicamente entre dois grupos de idéias.

O primeiro grupo – liderado por Quintino Bocaiúva, principal redator do Manifesto – propunha a implantação pacífica da República. Esse grupo, composto basicamente pelos cafeicultores paulistas, acreditava que, por meio de reformas no regime imperial, seria possível chegar progressivamente ao regime republicano.

Um segundo grupo – liderado por Silva Jardim – desejava uma revolução popular que instaurasse o novo regime, mas suas idéias foram consideradas radicais e combatidas pela direção do Partido Republicano.

Terceiro Reinado?

Os anos finais do Império foram uma tentativa de promover reformas evitando que a Monarquia fosse identificada com o atraso, como queriam fazer crer os republicanos. Desde a metade do século XIX, as cidades vinham crescendo, impulsionadas pela expansão da lavoura do café. As ferrovias substituíram o transporte feito por carros de bois e por barcaças; modernizaram-se os processos de beneficiamento do açúcar e do café; foram instaladas indústrias de tecidos, de calçados, de chapéus, de alimentos, de metalurgia e de construção naval; e aumentou o movimento financeiro e comercial, especialmente na Corte, ou seja na cidade do Rio de Janeiro, cujo porto era, então, o mais movimentado do país.

A escravidão fora abolida. Era preciso realçar a modernidade do Império e promover reformas.

Em julho de 1889, um novo gabinete, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, assumiu o governo. A propaganda republicana espalhava-se pelo país. Nem mesmo a abolição parecia salvar a Monarquia da crise que surgiu a partir dos diversos impasses com os mais fortes setores sociais; apenas entre os populares ela ainda encontrava apoio.

Preocupado, o Visconde de Ouro Preto colocou para o Imperador a necessidade de mudanças que demonstrassem “*que o atual governo tem elasticidade bastante*” e que era possível evitar o pior “*empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política, social e econômica, inspiradas na escola democrática. Reformas que não devem ser adiadas para não se tornarem impro- fícuas [inúteis]. O que hoje basta, amanhã talvez seja pouco*”.

As reformas foram propostas mas não se realizaram. O novo ministério propôs que municípios e províncias fossem autônomos; que o Senado deixasse de ser vitalício; que o crédito aumentasse e a produção fosse estimulada. No entanto, cresciam os conflitos e as insatisfações na sociedade brasileira.

Chefes políticos locais desejavam ver-se livres da centralização imposta pela Monarquia; fazendeiros politicamente influentes sentiam-se prejudicados pela abolição, pois haviam perdido o grosso de seu investimento – os escravos – sem nenhuma indenização; os militares sentiam-se desprestigiados por um regime que sempre privilegiara os civis. Desse modo, o movimento republicano foi se expandindo e ganhando adeptos suficientes para fazer esquecer a idéia de um 3º Reinado e derrubar um governo que, apesar de tudo, havia conseguido o apoio popular com a abolição da escravidão.

A República

Em 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República por um golpe militar contra a Monarquia, articulado por civis e militares na casa do marechal Deodoro da Fonseca, que seria, então, o primeiro presidente da república.

Aristides Lobo definiu como inexistente a participação do povo na proclamação da república. Em carta ao jornal **Diário Popular** de São Paulo, ele dizia que “*o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada*”.

Quais as mudanças que a República trouxe? Quais as expectativas que vinham com ela? Em primeiro lugar, a expectativa de ampliar a cidadania, a liberdade e o desenvolvimento.

Tradicionalmente, a idéia de república (do latim *res publica* = coisa pública), estava associada a essas expectativas.

Mas como os republicanos no Brasil entendiam a cidadania?

Os republicanos históricos, ou seja, aqueles que iniciaram o movimento de 1870, dividiam-se entre **liberais conservadores**, que defendiam o federalismo e uma economia liberal com restrições à participação política popular, e os **radicais**, que defendiam uma maior participação popular.

Alguns grupos civis e certas lideranças militares defendiam a noção de cidadania proposta pela doutrina **positivista**, para a qual os cidadãos tinham direitos civis e sociais (como o direito a aposentadoria, por exemplo), mas não necessitavam de direitos políticos (participar politicamente, votar e ser votado). Neste caso, os adeptos do **positivismo** é que deveriam formar o governo em nome do progresso e da verdadeira ciência.

Uma terceira concepção de cidadania defendia a intervenção de todos os cidadãos nos negócios públicos por meio da formação de partidos políticos. Esse foi o caso, principalmente, dos partidos **socialistas** que tentaram se organizar na primeira década republicana.

A primeira Constituição da República foi promulgada em 1891 por uma Assembléia Nacional Constituinte eleita para esse fim. Ela estabeleceu o princípio do **federalismo**, ou seja, da autonomia dos estados, que poderiam eleger diretamente seus próprios governantes e estabelecer suas próprias leis, desde que fosse respeitada a Constituição Federal.

O direito de voto era universal para os **homens, alfabetizados, maiores de 21 anos, que se alistassem**. Mas o voto não era secreto, não era obrigatório, e as mulheres e os analfabetos não votavam. De acordo com a nova Constituição, a educação básica não era um direito dos cidadãos, nem um dever do Estado. Assim, o número de eleitores continuou, de fato, tão restrito quanto no tempo do Império.

O Poder Moderador foi extinto, assim como a vitaliciedade dos senadores, que passavam a ser votados como os deputados federais.

A nova Constituição estabeleceu também o **presidencialismo**. Ao contrário do tempo do parlamentarismo imperial, no qual o poder executivo era exercido por um primeiro-ministro, indicado pelo Imperador entre os políticos do partido mais votado no parlamento, agora o poder executivo da União era exercido por um **presidente da República**, eleito diretamente pela população.



*Os ideais
republicanos
permanecem
até hoje na
nossa bandeira,
com o lema:
"ORDEM E
PROGRESSO".*

O país, portanto, modificara-se a partir do novo texto constitucional. Agora, o país possuía um sistema político mais descentralizado e mais representativo, pois todos os governantes eram eleitos pela população. Mantiveram-se, no entanto, importantes restrições à participação política popular.

A ordem oligárquica

Os primeiros governos republicanos, em geral, muito pouco fizeram para ampliar ou estimular a participação política da população. As fraudes tornaram-se comuns, e não era nada fácil, para aqueles que detinham a cidadania política, fazer respeitar o resultado das urnas.

Havia a população das cidades, especialmente a da capital – o Rio de Janeiro –, com maior acesso à alfabetização e com diversos grupos de oposição (monarquistas, positivistas) em constante atividade.

Havia os militares, que ocuparam os primeiros governos republicanos: Deodoro da Fonseca (1889/1892) e Floriano Peixoto (1892/1894). Mas os militares nem sempre estiveram de acordo com os republicanos civis ou mesmo em acordo entre suas diferentes armas. Durante o governo do marechal Floriano Peixoto, oficiais da Marinha (monarquistas) fizeram um levante conhecido como **Revolta da Armada**, que deixou a capital sitiada durante algum tempo.

A República precisava construir um novo pacto social que garantisse a ordem e a estabilidade do novo regime. Para aqueles que estavam na liderança econômica do país (isto é, paulistas e mineiros ligados ao setor exportador), era preciso conter a influência política dos grupos localizados na capital, não apenas a dos setores populares mas também a dos grupos de oposição civil e militar. A solução encontrada pelo presidente Campos Sales (1898/1902) foi neutralizar a capital, fortalecendo os estados, que passaram a ter maior ou menor influência no governo central de acordo com sua força política.

Por meio de uma política de compromissos com as forças políticas estaduais e municipais, São Paulo e Minas Gerais vão dominar a política nacional, caracterizando o que ficou conhecido como **Política dos Governadores**.

O funcionamento da política mencionada por Campos Sales baseava-se, assim, numa troca de interesses entre as oligarquias locais e o governo federal. Os coronéis – chefes políticos nos municípios – garantiam apoio ao candidato oficial nas eleições estaduais e federais e recebiam autonomia nas decisões do próprio município. Os grupos dominantes dos estados apoiavam o presidente, que defendia seus interesses e lhes garantia autonomia nos negócios estaduais.

Desse modo, os conflitos no interior dos estados tinham de resolver-se sem intervenção federal e, quase sempre, no interior de um único partido republicano (os partidos republicanos estaduais). Definiam-se, assim, as **oligarquias estaduais** (grupos que controlavam o poder político nos estados), a partir do controle político do eleitorado rural.



O tempo não pára

Dessa forma, neutralizavam-se também as multidões urbanas e os grupos de oposição civis e militares. Por todo o período que ficou conhecido como **Primeira República** (1889/1930), poucas vezes houve mais de um candidato à presidência. Quando isso ocorreu, as cidades (e também os militares) voltaram à cena, como veremos principalmente no próximo módulo.

Exercícios

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no vocabulário da Unidade ou no dicionário.

1. Releia **O Manifesto Republicano** e retire trechos que mostrem as críticas dos republicanos à monarquia.
2. Releia **Terceiro Reinado?** e responda: qual foi a reação do Império a essas críticas?

3. Releia **A República** e explique a frase: “Era agora um país com um sistema político mais descentralizado e mais representativo”.
4. Releia **A ordem oligárquica** e explique por que este período da nossa história (1889/1930) ficou conhecido como República Oligárquica.
5. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

Reproduzimos abaixo trechos da Constituição Brasileira de 1889, aprovada logo após a proclamação da República.

Leia o documento com atenção, a fim de melhor entender as leis que regeram o Brasil durante a Primeira República.

TÍTULO II

DOS ESTADOS

Art. 63 – Cada estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União (Poder Central).

TÍTULO III

DO MUNICÍPIO

Art. 68 – Os estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

TÍTULO IV

DOS CIDADÃOS BRASILEIROS

Art. 70 – São eleitores os cidadãos do sexo masculino, maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

Parágrafo 1 – Não podem se alistar eleitores para as eleições federais ou para os estados:

1. os mendigos;
2. os analfabetos;
3. as praças de pré, excetuando os alunos das escolas militares de ensino superior (...)

Agora responda:

1. Como deveria se dar a relação entre estados, municípios e União, de acordo com a Constituição de 1891? (consulte os Títulos II e III da Constituição).
2. Segundo a Constituição de 1891, a quem era reconhecido o direito de ser eleitor brasileiro?
3. A quem era negado o direito de participar das eleições federais ou estaduais?
4. A República conseguiu atender às expectativas de participação popular? Por quê?
5. Hoje, como podemos participar das decisões do país? Dê exemplos recentes.

